



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UM BREVE OLHAR SOBRE BELO HORIZONTE

Denise Morado Nascimento (EAUFG) - dmorado@arq.ufmg.br

*Professora Adjunta do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFGM, Coordenadora do grupo PRAXIS
- Práticas sociais no espaço urbano*

1. Introdução

“Nunca ficou tão evidente o papel atual do Estado, que garante e financia o grande capital”

A epígrafe acima do sociólogo Silvio Caccia Bava (2009, p.3) evidencia o ponto de partida de seu discurso mais amplo frente a urgência dos movimentos sociais agirem coletivamente no enfrentamento do atual modelo de desenvolvimento econômico, se quisermos combater a pobreza e alcançar o bem-estar humano. Não há como excluir de sua abordagem, as repercussões do capital no espaço urbano na medida em que esse tem sido produzido sob princípios estabelecidos pelo mercado e legitimados pelo Estado.

Um recente exemplo que compõe esse cenário é a política habitacional desenhada pelo atual governo federal na forma do programa *Minha Casa, Minha Vida*. Para a operacionalização da construção de moradias destinadas às famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, correspondente a 90,9% do deficit habitacional brasileiro, os projetos são definidos e apresentados *pelas* construtoras, ainda que em *parceria* com estados, municípios, cooperativas ou movimentos sociais. A nosso ver, os procedimentos do programa carregam implicitamente a ação de forças políticas tanto na prescrição do *salvamento* econômico da indústria da construção civil quanto na mercantilização da casa própria pelo Estado. Ao contrário, o poder público poderia (ou deveria) se manter próximo às lições historicamente aprendidas no decorrer da existência do Sistema Financeiro de Habitação.

Ainda que a moradia, os serviços de infra-estrutura, o espaço público e o ‘habitar’ representem direitos de quem vive na cidade, eles não são acessíveis a todos; produzidos como mercadorias, são trocadas e controladas pelos donos dos recursos, além de legitimadas pelo Estado.

A que isso nos interessa? O espaço urbano é transformação que ocorre por meio do trabalho humano mas essas *relações de trabalho*, próprias do modo de produção capitalista, se constituem pela propriedade econômica das *forças produtivas* e não pelos interesses coletivos.

Um ajuste de foco é o que iniciamos aqui. O desenvolvimento da maquinaria e a descoberta e exploração de novas fontes de energia estabeleceram-se historicamente em novas forças produtivas à época. Hoje, a informação torna-se força produtiva configurada não só como matéria-prima mas também como meio de trabalho. A informação é mercadoria, é comprada e é igualmente concentrada, já que o acesso privilegiado permanece junto aos detentores de sua propriedade.

Sendo assim, é objetivo deste artigo esclarecer as repercussões da informação, entendida como força produtiva, nas relações de produção sociais e espaciais. Iniciamos pelo entendimento do contexto econômico, social e histórico que levaram a admitir a informação como atual componente das forças produtivas do capitalismo. Em seguida, o *informacionalismo* (expressão cunhada por Manuel Castells) comparece como fonte de geração de formas e processos sociais e espaciais. Por fim, explicitamos o aniquilamento dos interesses dos cidadãos, essencialmente os pobres, na produção do espaço urbano contemporâneo, tendo como exemplos as obras viárias da Linha Verde e da Copa 2014 em Belo Horizonte.

2. A informação como força produtiva

O conceito de *informação* tem sido uma das preocupações teóricas do campo da Ciência da Informação, constantemente direcionado a revisão de seus fundamentos básicos. Entre tantos esforços, partimos do estudo crítico sobre as diversas definições dos termos *informação* e *conhecimento* conduzido por Chaim Zins (2005), através da participação de 57 pesquisadores de 16 países, e apresentado no painel internacional *Knowledge Map of Information Science* (KMIS). Trata-se de tentar demarcar conceitualmente o campo, mas, igualmente revelar as diversidades epistemológicas quanto às inúmeras facetas dos termos.

Entre as várias definições de informação apresentadas no KMIS, parece-nos haver um consenso àquela que a relaciona aos dados ou ao processo de comunicação: a informação vista como dado armazenado e organizado a ser comunicado, ou produto final do processamento de dados e ainda soma de dados relacionados a uma entidade; além disso, informação como aquilo que tem significado, efeito e propósito, bem como utilidade, relevância e funcionalidade, ao transportar dados, dentro do contexto no qual foram reunidos, e ao serem interpretados por usuários, dentro de um estado cognitivo. Permanece, por um lado, a informação como uma entidade externa e objetiva ('coisa' ou recurso) que tem um conteúdo baseado na realidade própria dependente do indivíduo e, por outro, a informação como uma construção subjetiva (psíquica ou perceptiva) que é criada internamente nas cabeças dos usuários.

Contudo, se a informação é entendida como registro, processo de comunicação ou conhecimento comunicado, essa vincula-se aos sistemas, aos processos decisórios, aos bens econômicos administráveis e ao uso de itens informacionais passíveis de seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação, armazenamento, recuperação e interpretação.

Entretanto, há uma outra abordagem: a filosófica ou a *sociologizada* que considera os processos de produção, transferência e uso das informações e os discursos humanos como sociais. Isso quer dizer, a nosso ver, que a informação *construída* pelo sujeito que se relaciona com outros sujeitos vai além do registro e da estrutura tecnológica (paradigma físico) ou processos psicológicos da comunicação (paradigma cognitivo) e vincula-se à prática social (paradigma social). Os argumentos teóricos para tal partem do entendimento de que a produção, uso e transferência da informação acontecem dentro do movimento dialético entre a sociedade e o sujeito.

Ao considerarmos a informação como um fenômeno ou força constitutiva da ordem social e cultural da sociedade, é possível relacionar o seu potencial informativo ao seu contexto social e cultural, e não apenas às suas características permanentes ou inerentes ou aos seus arranjos físicos e materiais. As dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são, nesse sentido, pré-condições para o entendimento do que seja informação. Parece-nos importante, assim, referirmos à definição de informação dada por Hjørland no painel KMIS (ZINS, 2005): aquilo relacionado ao mundo biológico, cultural e social.¹ Naturalmente, em referência aos mecanismos coletivos de processamento da informação.

Sob esse ponto de vista, entendemos informação, não como um elemento observável puro ou um conceito absoluto, mas como um construto teórico a incorporar uma determinada disciplina, domínio de conhecimento, ambiente ou coletividade. (CAPURRO, HJØRLAND, 2003). Informação não é objeto estático e nem tem conteúdo específico; simplesmente, aciona ou dispara as relações entre objetos, conteúdos e sujeitos. Nesse sentido, *dá forma* à essas mesmas relações.

O segundo importante conceito a ser aqui elucidado é o de *conhecimento*. Há pontos de vista compartilhados pelos pesquisadores participantes do KMIS (ZINS, 2005) de que conhecimento seja o montante de informação ou a capacidade de entendimento sobre algo. Nesse sentido, Gorz (2005, p.29) explica que é impossível mensurar ou traduzir o conhecimento já que esse recobre e designa uma diversidade de capacidades sem medida comum – julgamento, intuição, senso estético, nível de formação e informação, a faculdade de aprender e de se adaptar, a prática, a interação com o meio, etc.

Se acatarmos a visão da informação como aquilo que dá forma às relações entre objetos, conteúdos e sujeitos, é preciso direcionar-se a definição do conhecimento como informação que é apropriada pelo sujeito ou que faz sentido ao sujeito. Desse modo, conhecimento é produto histórico da atividade humana; se a informação é adequadamente assimilada, produz conhecimento passível de modificar o estoque mental de informação do sujeito,

beneficiando de alguma maneira tanto o sujeito quanto a sociedade, definição defendida por Barreto (ZINS, 2005) no painel KMIS.²

A partir do que seja informação e conhecimento, passemos para a inserção desses dentro da lógica capitalista. Lojkine (2002) esclarece que o conceito marxista de força produtiva remete à relação entre o homem e a natureza material, à maneira de produzir, e à articulação dialética entre os modos de organização técnico e social dos homens na maneira de produzir. Para Lojkine (2002), as relações de trabalho contemporâneas transformaram-se na passagem da máquina-ferramenta para a máquina informacional já que o modo de pensar, de agir e de viver também transformaram-se. A informação sempre esteve presente na sociedade; mas, somente recentemente a informação e as tecnologias passaram a agir sobre os homens, organizando as interações técnicas, sociais e espaciais, e os homens passaram a agir sobre a informação e as tecnologias, concebendo e conduzindo máquinas, instalações, sistema de produção e espaços – por isso, a chamada *revolução informacional*, termo cunhado por Lojkine. Ao mesmo tempo, esse novo cenário tem um papel decisivo no processo de reestruturação social, organizacional e econômica do capitalismo na medida em que tem integrado globalmente os mercados financeiros, articulado a produção e o comércio mundial e possibilitado a comunicação em rede. (CASTELLS, 1999).

A informação é tanto matéria-prima, elemento sobre os quais ocorre o trabalho humano, quanto meio de trabalho, instrumento de produção (sistema informacional) e meio de transporte (fibra ótica). E, portanto, configura-se como fenômeno histórico, ou seja, força produtiva, na medida em que caracteriza-se não só pela informação (automação, robótica, máquina-informacional, computadores, cabeamento, fibra ótica, etc.) mas também pela atividade intelectual sobre a informação.

É o que Gorz (2005, p.29) defende, apoiado pela expressão *economia do conhecimento*, ao dizer que “o conhecimento se tornou a principal força produtiva” já que os “produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado.” Ou seja, o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho social, mas, igualmente, pelo conteúdo informacional que elas carregam. Isso só é possível porque a informação tornou-se mercadoria. Se no modo de produção capitalista, a informação é instrumento de trabalho e meio de trabalho, basta que o capital se aproprie dos meios de acesso ao conhecimento; essencialmente, aquele conhecimento não vinculado aos processos da experiência comum da vida em sociedade – o *capital imaterial*, expressão cunhada por Gorz (2005). Inclui-se, nesse cenário, as proposições que estimulam a melhoria dos desempenhos organizacional e financeiro em empresas por meio do *compartilhamento* do conhecimento possibilitado por ferramentas e tecnologias de informação e comunicação. Uma vez que o acesso ao conhecimento é apropriado pelos

detentores do capital, o controle sob o conhecimento é preservado, impedindo-o que se torne coletivo (a *violência simbólica*, segundo Bourdieu).

Configuradas pela interpenetração entre matéria, informação e intelecto, mas, também, pela instantaneidade do fenômeno informacional, temos que as relações sociais e a comunicação entre os homens expandem-se intensamente nos espaços: profissional ou residencial, público ou privado. Interessa-nos aqui esclarecer as repercussões da informação, entendida como força produtiva, nas relações de produção sociais e espaciais.

3. A produção do espaço urbano e a informação

A revolução informacional é caracterizada “por sua *penetrabilidade*, ou seja, por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida.” (CASTELLS, 1999, p.68). Dentro da realidade contemporânea, a revolução não somente é dependente da informação e do conhecimento mas também é *mediada* pelas tecnologias de informação e de comunicação.

O espaço urbano, imerso nesse processo de mediações, torna-se, então, suporte social que implementa o processo informacional, mas muito além da aplicação simplista das ferramentas de tecnologias em um espaço específico. Esse processo, incorporado em todas as dimensões da realidade cotidiana, rearranja os fragmentos da sociedade por uma via tecnologicada (REYES, 2005), conferindo sentido à miríade de informações que a saturam - as condições sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas vivenciadas pelo sujeito que representa, atua, aprende, ensina, transforma, opta, produz e consome. Nesse sentido, a informação e suas tecnologias aliadas aos processos sociais alteram as práticas espaciais e temporais, constituindo novas formas de interacionalidade social. (REYES, 2005).

Sabe-se que espaço urbano não só depende da sua forma, tecnicamente expressa em funcionamento e materialidade. Outrossim, o espaço é suporte de conteúdo informacional social, o *medium informacional*, que é construído e constrói-se pelos sujeitos, imbuídos de impressões, experiências, valores, percepções, conceitos, idéias e interpretações. Ou seja, o espaço conduz informação e, em função dessa, as ações dos sujeitos e suas inter-relações se ligam.

Sendo assim, não é mais possível ver o espaço como objeto estático, artefato do projeto e da construção ou resultado de necessidades programáticas imediatas, congeladas e

materializáveis em um determinado sítio físico (assim entendido, em grande maioria, por arquitetos e urbanistas).

Ferrara (2007, p.41) reforça o entendimento do espaço urbano como medium informacional, ao dizer que a arquitetura “constitui o suporte através do qual a cidade se constrói como meio comunicativo que possibilite sociabilidades e interações em constantes transformações”. E igualmente potencializa outro modo de pensar e fazer arquitetura ao considerar a estrutura da cidade em três aspectos, a nosso ver interdependentes: o plano construtivo, como suporte da cidade que se transforma; a imagem midiática da cidade, que agasalha o cotidiano, a sociabilidade e as trocas interativas; e os processos de mediação, como complexa experiência que atinge o usuário e a cidade. “Enquanto construção, a cidade é meio, enquanto imagem e plano, a cidade é mídia, enquanto mediação, a cidade é urbanidade.” (FERRARA, 2007, p.43).

Paradoxalmente, a análise da produção contemporânea do espaço urbano tem revelado a informação construída pelo capital, valorada pela imagem do marketing e pela sedução do consumo. Na medida em que a informação é força produtiva determinada pelo capital, reduz-se a amplitude do conteúdo informacional dotado de significado para os sujeitos ou conduzido pelas atividades cotidianas humanas.

Vivemos hoje sob o espaço determinado pelas forças produtivas - a informação e as tecnologias agindo sobre os homens, e os homens agindo sobre a informação e as tecnologias; assim, expressam as disparidades tecnológicas e econômicas, mas primeiramente as disparidades sociais. Não por acaso, a cidade, historicamente segregada sócio-espacialmente, é na era informacional a segregação *per se* já que reforça a existência dos que mandam, na medida em que são livres para mover e agir rapidamente, e dos que obedecem, pois não podem deixar seu lugar quando quiserem (BAUMAN, 2005).

Nesse sentido, a produção contemporânea do espaço urbano é, no mínimo, estranha já que não parece servir democraticamente às necessidades daqueles que o vivenciam (SANTOS, 2004). Visando entender a lógica social da produção do espaço urbano, nos apoiaremos na teoria social de Pierre Bourdieu (1989, 1997, 1999). Segundo o sociólogo, os sujeitos apropriam-se do espaço urbano por meio de seus corpos situados no tempo e espaço. Mas se o espaço urbano é ou não apropriável, isto é, se a distribuição de diferentes espécies de bens ou de serviços no espaço físico é acessível ou não, depende não só da posse pelo sujeito das diferentes espécies do *capital* como também da estrutura da distribuição das espécies de capital (a distância e a acessibilidade físicas de pessoas, bens ou serviços).³

O capital, não só cultural e social, mas também informacional, profissional, político, econômico, lingüístico, simbólico, explica as posições dos indivíduos no campo, seja os

dominantes (máximo de capital, os que mandam) seja os dominados (mínimo de capital, os que obedecem). Assim, ainda que visto sob suas diversas formas, o capital constitui trunfos que vão comandar a maneira dos sujeitos agirem e a obtenção de lucros específicos como, por exemplo, o acesso ou o prestígio.

A oportunidade do sujeito apropriar-se fisicamente de um espaço urbano desejável lhe permite socialmente facilitar ou favorecer a acumulação de capital. Inversamente, os que não possuem capital se mantêm à distância, física ou simbólica, dos bens, serviços e pessoas mais necessários. Nesse sentido, os benefícios proporcionados pelo espaço urbano são resultados de lutas: *ganhos de localização*, pelo fato do sujeito estar localizado perto de bens raros e cobiçados (principalmente, equipamentos culturais, educacionais e de saúde); *ganhos de posição de classe*, ganhos simbólicos de distinção ligados à posse de uma propriedade distintiva, segundo as possibilidades de acesso físico (meios de transporte públicos ou privados) e temporal; *ganhos de ocupação*, referente à posse de um espaço físico (parques, grandes apartamentos, condomínios), podendo ser uma forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável. (BOURDIEU, 1997).

Essa maneira de Bourdieu ver o espaço como extensão da ocupação do sujeito, posicionado em uma estrutura social, permite afirmar que as distâncias espaciais (re)afirmam as distâncias sociais, e vice e versa. Distâncias essas, historicamente produzidas por atributos que lhe dão forma (informação) – exclusão e inclusão, monumentalidade e cotidiano, cidade e campo, fachada e fundos, entrada e serviço, parte alta e parte baixa, proscênio e bastidores, centro e periferia, etc.

Sob a ótica de Bourdieu, o espaço urbano é constituído pela relação de forças entre os sujeitos que o alimentam, o conservam ou o transformam em função de seus interesses frente aos objetos de disputas – entre eles moradia, museu, escola, hospital, equipamentos públicos, parques, praças, transporte, espaço público, etc. Sendo assim, a sociedade contemporânea se estrutura por meio da disputa pelo espaço urbano como igualmente estrutura a mesma disputa na medida em que o espaço urbano é determinado pelas forças produtivas.

Gorz (2005) alerta para o fato de que o capitalista explora as riquezas (bens comuns dados pela natureza ou resultados da vida conjunta e da cooperação dos homens construídos pelo conhecimento), mas, ora pela pilhagem ora pela pedração, para delas tirar rendimentos. Ainda que em outras palavras, mas dentro da mesma ótica, Santos (2004, p.23) afirma que “a organização do espaço não é indiferente à “qualidade” do capital instalado nos diferentes pontos do espaço”.

Quando a informação se estende como força produtiva potencializada essencialmente pelo capital, essa torna o espaço urbano mercadoria desenhada, materializada e controlada por seus detentores, evidenciando a distinção social. A produção contemporânea do espaço urbano, onde a vida cotidiana se realiza, responde às demandas do mundo dos negócios imerso na ordem vigente da instantaneidade informacional. Castells (1999) aponta que, em razão desse novo espaço urbano, hierarquias territoriais são misturadas e até revertidas, aglomerações são intensificadas ou enfraquecidas, movimentos de cooperação e concorrência entre empresas e locais reúnem ou separam componentes territoriais.

O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais; ou seja, as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes do espaço (SOJA, 1993). A informação é força produtiva transformadora do espaço urbano; mas se determinada exclusivamente pelo capital, e não pelos sujeitos, imprime incoerência e distorção frente a vida cotidiana. A partir daí, aniquila-se os interesses dos pobres.

4. Quem se beneficia do que?

Se a economia contemporânea gira em torno da informação, como vimos até aqui, os governos e setores dominantes, seus detentores, estruturam-se para organizar o espaço de tal forma a impulsionar estrategicamente regiões que atendam seus interesses. A hipótese de Castells (1999) é que os complexos de produção de valor (lucro) acontecem onde as sedes corporativas e as empresas financeiras podem encontrar facilmente seus fornecedores e mão-de-obra, ambos articulados pelas dinâmicas local e global - os dois mundos-de-vida separados, assim explicitados por Bauman (2005). As cidades, segundo Castells (1999, p. 493), passam a funcionar como “nós da economia global e concentram tudo isto: as funções superiores direcionais, produtivas e administrativas de todo o planeta; o controle da mídia; a verdadeira política do poder; a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens.”

Milton Santos (2005) entende que a cidade é formada pelo sistema de objetos e de ações. Os objetos (fixos) que constituem a cidade são objetos técnicos, intencionalmente concebidos, fabricados e localizados, para o exercício de certas finalidades. Constituem as bases materiais para as ações representativas de uma época. As ações (fluxos) se associam à ordem espacial dos objetos; nesse sentido, as ações técnicas e funcionais tendem a ser formatadas e materializadas pelas forças produtivas que regulam o espaço.

Assim, entendemos que a revolução informacional, sendo componente das forças produtivas da modernização, atinge e transforma o espaço de modo altamente seletivo e

desigual. Esta seletividade do espaço ao nível econômico e social se dá, segundo Santos (2005), em razão de dois subsistemas, diferentes no tocante à organização e aos setores da sociedade que se beneficiam diretamente de cada um deles: circuito superior e circuito inferior. O circuito superior, sendo resultado direto da modernização, representa as atividades criadas para servir ao processo tecnológico e à população que dele se beneficia. O circuito inferior, como resultado indireto da modernização, concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam (ou não) do progresso técnico e de suas vantagens. Não há dualismo porque os dois circuitos tem a mesma origem.

Transpor as distâncias espaciais e sociais (da ordem local ou próprias do circuito inferior) ferem o controle físico e social do espaço, mandatória daqueles que detêm o capital (da ordem global ou pertencentes ao circuito superior). Não há importância na produção do espaço urbano vinculada à atributos como “espontaneidade, flexibilidade, capacidade de surpreender e de oferecer aventuras.” (BAUMAN, 2005, p. 64).

Não estamos vivendo mais a luta de classes, mas a luta por lugares (MONGIN, 2009). Isto é, a luta pelo acesso às experiências comunicacionais que, assentadas no medium informacional próprio do cotidiano, criam, alimentam e restabelecem laços sociais e sociabilidade entre indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum. (SANTOS, 2002). Em outras palavras, o lugar da coexistência sócio-espacial ou da *urbanidade*.

Próprias desse cenário de disputas pelo espaço urbano são as recentes obras viárias em Belo Horizonte e as *justificadas* remoções de famílias pobres ao longo das mesmas. Lopes (2010, p.133) caracteriza esse movimento como *desfavelamento de novo tipo*, ou seja, a “materialização, nos dias atuais, de projetos ou programas públicos que, rebuscados pela retórica da urbanização planejada e participativa, promovem a contínua retirada das favelas (ou de partes delas) do lugar onde estavam, transformando aquele local num espaço revitalizado e mais atraente para o mercado imobiliário.”

No caso da Linha Verde, projeto do governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, três vilas (Vila São Paulo, Vila Vietnã/São Miguel e Vila Maria) foram totalmente removidas e outras duas parcialmente (Vila Suzana e Vila Carioca), somando cerca de 990 imóveis (tanto residenciais quanto comerciais) e uma população de mais de 2.000 pessoas residentes na interseção entre a Avenida Cristiano Machado e o Anel Rodoviário (BR-262). (LOPES, 2010).

[...] quem não sabe ou quem nunca ouviu falar sobre o Projeto Linha Verde não consegue perceber que naquele local existiram vilas e favelas. Afinal, o cenário de viadutos, avenidas largas, espaços verdes vazios e muito concreto

condiz muito mais com a maquete planejada e idealizada para os espaços urbanos da modernidade do que um espaço com vilas e favelas. (LOPES, 2010, p.98)

A Linha Verde foi anunciada sob forte campanha publicitária em Maio de 2005; trata-se do eixo que liga o hipercentro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, que receberá o cobrimento do ribeirão Arrudas por pistas mais largas para o tráfego, faixas preferenciais para o transporte coletivo e tratamento paisagístico (o chamado *Boulevard Arrudas*) e complexas modificações viárias com objetivo de reduzir o tempo de deslocamento entre os dois pontos. “A Linha Verde é o maior conjunto de obras viárias na região metropolitana de Belo Horizonte das últimas décadas”, de acordo com informações divulgadas pelo site do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).⁴

Paralelamente, todas as atividades administrativas diretas e indiretas do Estado estão sendo transferidas desde março de 2010 para o novo Centro Administrativo do Governo, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, localizado ao longo da linha. Com quase 150 metros de vão livre (o maior já construído) e 20 metros de largura, os cinco pavimentos do Centro Administrativo estão suspensos por 30 cabos de aço revestidos de concreto presos a um pórtico de concreto, permitindo, a custos questionáveis, a ousadia da arquitetura de Niemeyer, legitimada por seus patrocinadores políticos. Numa área de 804 mil metros quadrados, sendo 265 mil metros de área construída, a obra passou de R\$ 1,2 bilhão em recursos públicos, superando o orçamento estimado em cerca de R\$ 500 milhões. (KATTAH, 2010). A principal justificativa do governo mineiro para o empreendimento tem sido a economia em torno de R\$ 90 milhões ao ano com aluguéis de imóveis, telecomunicações, energia bem como o direcionamento do crescimento da capital do Estado para a região Norte.

A Linha Verde e o Centro Administrativo do Governo são parte de uma estratégia que tem como essência a inclusão da “capital mineira, de maneira competitiva, na economia de fluxos de capitais, de mercadorias e de informações em escala mundial, de maneira a realçá-la na hierarquia global das cidades, para a atração de capitais estrangeiros, de matrizes de importantes instituições internacionais, bem como de feiras, convenções e turistas.” (PEREIRA, CAMPOS, 2009, p.53).

Não por acaso, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023 (SEPLAG/PMDI, 2007, p.11) atesta que “a intensificação da globalização trouxe um significativo incremento do volume de capitais financeiros e produtivos em circulação ao redor do mundo, em busca da maior lucratividade”, e, por isso, “impõe ao Estado o papel de atrair o investimento através da melhoria da competitividade sistêmica da economia local.” Além disso, “nos próximos anos, por meio das ações de um Estado articulador e facilitador, Minas Gerais

buscará a construção de um ambiente de negócios ágil, competitivo, descomplicado e propício ao investimento privado.” (SEPLAG/PMDI, 2007, p.12).

Outro aspecto a ser observado, são os dividendos colhidos, ora em impostos ora em lucro imobiliário. Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-MG), em Belo Horizonte, as regiões que mais se valorizam, além da Sul, são as que recebem investimentos como o Boulevard Shopping, no bairro Santa Efigênia, região Leste, e o novo Centro Administrativo, no Vetor Norte. "Para se ter uma ideia, os imóveis nas imediações do Centro Administrativo tiveram valorização de 100% nos últimos três anos", revela o vice-presidente da área imobiliária do Sinduscon MG, José Francisco Couto de Araújo Cançado. (LABBATE, 2010).

A equipe do Projeto Manuelzão da Escola de Medicina da UFMG, afirma que a Linha Verde é importante sob a “ótica do governo do Estado de Minas.” (SEPÚLVEDA, 2005)⁵ – ligar com mais rapidez Belo Horizonte ao Aeroporto de Confins. Entretanto, as diretrizes do Projeto Manuelzão de “manter córregos e rios em leito natural, sem retificações e canalizações abertas ou fechadas”, são inexoravelmente desprezadas na medida em que o ribeirão Arrudas é transformado em “um mero canal de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais”. (SEPÚLVEDA, 2005).

Sob a ótica das famílias removidas ao longo da Linha Verde, a cidade de Belo Horizonte é percebida de duas maneiras complementares, segundo a avaliação de Lopes (2010). Em um primeiro discurso, a população tende a ver a cidade “como um espaço que oferece melhores condições para o atendimento à saúde, para a escolarização etc., e que oferece boas oportunidades, promessas de uma modernidade não realizada”; nesse sentido, *entendem* a necessidade das obras viárias. Num segundo discurso, a cidade é vista “como algo distante, uma mistura de espaços não compartilhados, não vividos e, por isso, não passíveis de serem apropriados”; aqui, expõem o sentimento de que o espaço urbano mais próximo de ser seu (da família removida) tenha sido a vila extinta. (LOPES, 2010, p.155)

Atualmente, estamos vivenciando o mesmo *desfavelamento de novo tipo* em Belo Horizonte. Quase 2.600 famílias, moradoras da Vila da Luz e da Vila da Paz, vivendo em situação precária desde 1981, estão ameaçadas de remoção em função da obra de ampliação e reforma do Anel Rodoviário (ROLNIK, 2010), alavancada pela urgência da adequação da cidade às exigências estabelecidas pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) para a Copa 2014. Inexplicavelmente, o projeto, orçado em cerca de R\$ 800 milhões, não prevê recursos para remoção e reassentamento da população envolvida, falta justificada pela urgência de se dar início ao processo de licitação.

O Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT) chegou a notificar os moradores para se retirarem do local em 15 dias; mas, coube ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual enviarem recomendação ao DNIT e à Prefeitura de Belo Horizonte para não iniciarem o processo de licitação da obra sem antes remover e reassentar as pessoas ameaçadas de despejo forçado. Segundo informações da Procuradora da República Silmara Goulart, “são quase 10 mil pessoas - idosos, crianças, jovens, deficientes físicos - vivendo sem luz, água encanada, com o esgoto correndo a céu aberto, e isso a poucos quilômetros do centro de uma das maiores e mais ricas capitais do país.” E continua, [...] “é inadmissível que o Estado brasileiro adote, no planejamento das obras de infraestrutura, modelos econômicos que privilegiam grandes empresas sem levar em conta as necessidades humanas mais básicas de uma população por tantos anos vitimizada pela omissão do Estado. O que fica claro em toda a situação é que não falta dinheiro; o que falta é vontade política.” (MINISTÉRIO PÚBLICO... 2010).

O jornalista esportivo José Carlos do Amaral Kfoury explicita que a Copa do Mundo “envolve um jogo de interesses colossal, de grandes empresas que querem enriquecer com o evento, custe o que custar, do jeito que quiserem, dando de ombros e não aceitando as considerações que possamos fazer.” (ROCHA, 2009). E continua, “infelizmente o país, as autoridades, todos estão de joelhos, aceitando os ditames desses poderosos.” Sem surpresas, em Dezembro de 2010, foi publicada no Diário Oficial da União, a lei que determina diversas isenções de impostos federais para a Fifa a partir do dia primeiro de janeiro de 2011; tais isenções são também parte das exigências da Fifa.

Parece-nos claro que o espaço, como expressão do valor criativo das diversidades e do diálogo significativo entre estranhos, não comparece no planejamento estratégico e no desenho urbano das cidades, hoje nas mãos dos políticos, dos construtores e dos patrocinadores, detentores do capital. Bauman (2005) alerta que a produção capitalista do espaço (monumentos admiráveis, templos de consumo, espaços destituídos das expressões simbólicas de identidade e história próprias dos sujeitos, sistemas viários e mega empreendimentos e eventos) provocam não só o uso seletivo do espaço urbano, mas naturalmente, a sua segregação espacial e social.

As grandes obras viárias em Belo Horizonte (o *plano construtivo* da cidade) usadas aqui meramente como exemplos, assim como tantos outros projetos e obras em outras metrópoles, são propostas baseadas em atributos da era informacional *per se* – fluxos, velocidade, dinamismo, tecnologia, rede, evolução, desenvolvimentismo, competitividade, mídia. O espaço urbano assim promovido não somente privilegia tais atributos mas essencialmente contribui para a distinção social bem como a hierarquização e a fragmentação dos lugares. Por um lado, temos capital, informação, tecnologia, marketing e

interação organizacional associados aos objetos, expressando os processos dominantes e os interesses do circuito superior da economia urbana; por outro lado, temos a existência do espaço urbano revelando a segregada estrutura social e física dos lugares.

Não quer dizer, é claro, que não há benefícios, de alguma natureza, subjacentes a esse raciocínio – isto é, os benefícios indiretos promovidos pelo progresso técnico e pela modernização. Poré, evidencia-se a informação como (maior e mais importante) força produtiva do espaço urbano.

Como os sujeitos ao vivenciarem o espaço urbano se relacionam com as diversas forças que o atravessam? No cenário da revolução informacional, é possível promover espaços da coexistência sócio-espacial?

A nosso ver, é a partir dessa pergunta que devemos começar alguma ação coletiva se quisermos nos contrapor aos impactos negativos do atual modo informacional de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAVA, Silvio Caccia. A potência da ação coletiva. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 2, n.21, p.3, Abril 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____ *A miséria do mundo*. São Paulo: Ed. Vozes, 1997.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. *Annual Review of Information Science & Technology*, v.37, p.343-411, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Cidade: meio, mídia e mediação. *MATRIZES*, São Paulo, n.2, p.39-53, Abr. 2007.
- GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- KATTAH, Eduardo. Aécio Neves inaugura Centro Administrativo de mais de R\$ 1 bi. *O Estado de São Paulo*, 04/03/2010. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,aecio-neves-inaugura-centro-administrativo-de-mais-de-r-1-bi,519395,0.htm>> Acesso em Dez. 2010.
- LABBATE, Aline. Imóveis vão valorizar 100%. *Jornal O Tempo*, 14/09/2010. Disponível em: <<http://rss.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1788&IdCanal=5&IdSubCanal=&IdNoticia=151091&IdTipoNoticia=1>> Acesso em Dez. 2010.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, Erika. *O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte*. 2010.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE MINAS GERAIS. *MPF e MP/MG recomendam que DNIT não inicie licitação do Anel Rodoviário em Belo Horizonte*. [2010]. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpf-mg-e-mp-estadual-recomendam-que-dnit-nao-inicie-licitacao-do-anel-rodoviario-em-belo-horizonte>. Acesso em Dez. 2010.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PEREIRA, Doralice Barros; CAMPOS, Laura Arantes. A Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte: projeto de modernidade e empreendimentos. *Geografias*, v.5, n.2, p.50-64. Jul./Dez. 2009.

REYES, Paulo. *Quando a rua vira corpo*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

ROCHA, Regina. *Juca Kfourl fala sobre as exigências da Fifa*. Disponível em <<http://www.copa2014.org.br/noticias/1157/JUCA+KFOURI+FALA+SOBRE+AS+EXIGENCIAS+DA+FIFA.html>> Acesso em Dez. 2010.

ROLNIK, Raquel. *Copa 2014 em Belo Horizonte: 2.600 famílias na rua?* Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/08/25/copa-2014-em-belo-horizonte-2-600-familias-na-rua/>> Acesso em Dez. 2010.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Os dois circuitos da economia urbana e suas implicações espaciais. In: _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. p.93-116.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos). p.313-330.

SEPLAG/PMDI. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023. Belo Horizonte, Secretaria do Planejamento e Gestão, 2007.

SEPÚLVEDA, Rogério. *Reflexões do Projeto Manuelzão sobre a Linha Verde*, 2009. Disponível em <<http://www.manuelzao.ufmg.br>>. Acesso em Abril 2009.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

ZINS, Chiam. What is the meaning of "data", "information", and "knowledge"? *Knowledge Map of Information Science*, 2008. Disponível em: <<http://www.success.co.il/is/dik.html>>. Acesso em Março 2008.

¹ KMIS, Prof. Birger Hjørland, Royal School of Library & Information Science, Dinamarca

² KMIS, Prof. Aldo Barreto, IBICT, Brasil.

³ O conceito de capital de Bourdieu é tomado de empréstimo das investigações econômicas do marxismo referindo-se ao 'montante' de conhecimento do sujeito. Citamos dois exemplos: o capital cultural, constituído pelas relações entre cultura erudita e cultura escolar, e o social, constituído pelas relações sociais. Bourdieu considera, entretanto, mais do que os diplomas ou a escolaridade dos pais, o nível cultural global da família como mantenedor da relação mais estreita com o êxito escolar da criança e legitimador do sistema de classes.

⁴ Ver <<http://www.der.mg.gov.br/programas-e-acoes-de-governo/programas/rmbh>>

⁵ O Projeto Manuelzão nasceu em janeiro de 1997, por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG, com os objetivos de lutar por melhorias nas condições ambientais e, assim, garantir a promoção da qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente assistencialista e tendo por objetivo principal promover a revitalização da bacia do rio das Velhas.